

# AUSÊNCIAS E APARIÇÕES: O VAZIO E OS FANTASMAS NA BIBLIOTECA CENTRAL DA BAHIA



DANIEL SABÓIA ALMEIDA BARRETO

*Arquiteto, designer e artista gráfico, mestre em urbanismo  
pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e  
Urbanismo da Universidade Federal da Bahia*

TIAGO NOGUEIRA RIBEIRO

*Coreógrafo, performer e psicanalista em formação, doutor  
em artes cênicas pelo Programa de Pós Graduação em Artes  
Cênicas da Universidade Federal da Bahia*

*Eu estava aqui, em pé nesse mesmo local, quando ouvi um assobio. Nem liguei, pois sabia que um dos funcionários gostava de dar susto nas colegas. Ele tinha mania de se esconder nos corredores entre as estantes e aparecer dando susto nas meninas. Aqui, no meio desses livros todos, tem mesmo cara de que tem fantasma. Eu não acredito... Mas eu vi um. Depois que ouvi um outro assobio e me certifiquei de que estava sozinha no acervo... vi uma luz. Eu vi mesmo! Era um fantasma. Estava lá, no fim desse mesmo corredor.*

(Célia Mattos, funcionária da Biblioteca Central do Estado da Bahia, responsável pelo setor de Obras Raras).





Bibliotecas são arquivos da memória e da imaginação humana - ou melhor, da parte da humanidade que utiliza a escrita como dispositivo de armazenamento e compartilhamento de ideias. Seus corredores guardam coleções de pensamentos gravados em papel, reunidos em volumes organizados, catalogados e distribuídos por estantes em depósitos e salas de leitura. São a um só tempo edifícios, coleções de escritos e conjuntos de práticas de organização, conservação e difusão de conhecimentos. No entrelaçar entre espacialidades, práticas institucionais e tipos de acervos, revelam aspectos importantes sobre as formas como uma sociedade organiza e promove (ou suprime) a relação com o saber.

Este texto aprofunda um processo de investigação artística realizado por seus autores em 2014 na Biblioteca dos Barris, junto com outros artistas<sup>1</sup>, no âmbito da “3a Bienal de Artes da Bahia”. As ações, mobilizadas pelo intrigante esvaziamento desse equipamento público e pelos relatos de aparições fantasmagóricas trazidos por funcionários e usuários da biblioteca, levantaram questões que permanecem em aberto. A reunião de fragmentos históricos e reflexões a seguir busca expandir a compreensão dessas questões percebidas em campo, intuitivamente e por meio de um longo processo de interlocução e imersão nos espaços e práticas dessa instituição. Não se pretende elucidar nada, muito menos apresentar soluções, mas manter o enigma vivo e adensar as camadas da complexa teia de relações urdida em mais de dois séculos de existência. É mais um passo em direção ao vazio, contemplando-o não para produzir respostas ou preenchê-lo, mas habitá-lo e dali imaginar novas perguntas.

O que a indiferença de uma sociedade à destruição de uma biblioteca pública pode nos dizer sobre o quanto ela, de fato, é pública? O que a negação destes espaços, mais que a indiferença, diz sobre a desconexão entre os modos de compartilhar saberes propostos (ou impostos) pela instituição e aqueles praticados pela população a quem deveria servir? A qual projeto político serve esta instituição e quais práticas epistemológicas estão contempladas não apenas em seu acervo, mas na forma como esse acervo é composto, exposto e difundido? O que o aparecimento dos fantasmas nos diz sobre os corpos ausentes e sobre o tamanho da defasagem entre projeto e realidade?

## ACERVO FANTASMA

*[...] o preservar e o abandonar fazem parte da mesma operação. A criação da instituição tem por finalidade suprir demandas para legitimação da autoridade do Estado republicano, ao mesmo tempo em que confere ao Estado o poder de controlar e estabelecer sua “política de esquecimento” para o doloroso processo de formação do país, registrado na documentação armazenada.* (Pato, 2017, p. 36)

*À 1 h. e 40 ms. começou o bombardeio. Os Canhões do forte de S. Marcelo romperam fogo, cahindo (sic.) as duas primeiras balas na montanha junto à base do palacio do governo e as demais, numa pontaria certa, nas paredes e interior do edificio à praça do conselho. [...] Muitos livros, arrancados à voracidade do fogo, eram atirados à rua, ficando inutilizados (Gravíssimos Acontecimentos, 1912).*

As estantes da Biblioteca Central do Estado da Bahia guardam mais de 600 mil volumes. O acervo da instituição, considerada a primeira biblioteca pública da América Latina, começou a ser constituído há mais de 200 anos, mas grande parte dessa coleção bicentenária se perdeu pelo caminho. Muitos volumes sucumbiram à força dos processos de decomposição da matéria, frente às condições precárias de acondicionamento nos edifícios pelos quais passou ao longo da sua existência e também aos sempre escassos recursos de financiamento para a sua preservação. Outros tantos volumes se perderam ou foram roubados nas migrações do acervo, mas nenhum desses motivos supera - simbólica ou numericamente - dois episódios traumáticos de destruição em massa que marcaram a história desta coleção.

A “Livraria Pública da Cidade da Bahia” foi fundada em Salvador, em 13 de maio de 1811. Sua primeira sede (provisória) foi no espaço que abrigara por mais de dois séculos a Livraria dos Jesuítas, acima da sacristia da Catedral Basílica, no Terreiro de Jesus<sup>2</sup>. Foi a ocupação mais duradoura de um espaço pela coleção, durando até 1900, quando foi removida às pressas e de maneira não planejada por ordem do Governador Luís Viana, para possibilitar o alargamento da rua em que se situava. O acervo foi transportado por operários não especializados entre diferentes locais provisórios, até chegar às dependências do Palácio do Governo, na Praça Municipal, tendo vários de seus volumes se perdido nessa peregrinação (Soares, 2011).

Em 10 de Janeiro de 1912, menos de um ano após completar cem anos do início da sua criação, o acervo sofre o seu maior golpe até hoje: um bombardeio, que marcou o ápice de um processo de extrema polarização e disputa política entre oligarquias locais e federais pela sucessão do poder no estado. A cidade de Salvador foi atacada pelos fortes que construiu para se defender de invasões inimigas. Dos fortes de São Marcelo, Barbalho e São Pedro irromperam tiros de canhão em direção aos edifícios mais representativos do poder e da cultura local. Palácio de Governo, Intendência Municipal, Teatro São João e Catedral da Sé foram alguns dos edifícios parcialmente destruídos por balas de canhão, tiros e granadas, que iniciaram incêndios e conflitos generalizados entre as polícias a serviço do poder estadual e os soldados do exército federal.<sup>3</sup>

*Entre as conseqüências deplorabilíssimas do bombardeio está, com o incêndio do palácio, em cujo pavimento térreo indevidamente funcionava (sic.), a perda da nossa preciosa bibliotheca pública, fundada pelo Conde dos Arcos, e cujo primeiro centenário foi alegremen-*

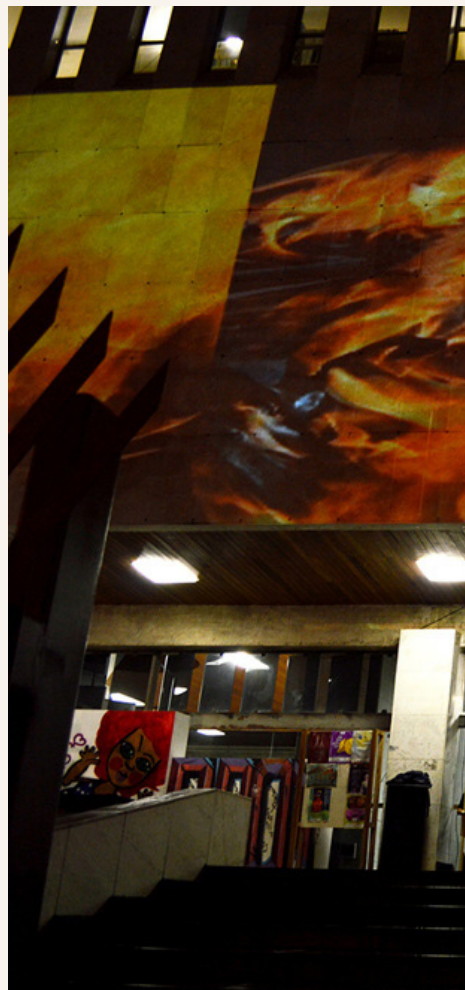
te festejado, a 13 de maio do anno passado de 1911. Tinha para mais de trinta mil volumes, em cujo numero obras raríssimas pelo assumpto (sic.), pela data da publicação e pela qualidade da edição; colleções (sic.) dos jornaes (sic.) os mais antigos do paiz (sic.) e autographos (sic.) e documentos do maior valor (Gravíssimos Acontecimentos, 1912).

O fogo que se espalhava em edificações situadas entre a Praça Castro Alves e a Praça Municipal não foi o único responsável pela destruição da biblioteca: em meio ao caos, “quase tudo é roubado, inclusive os móveis, com a total indiferença da Delegacia de Polícia instalada nas proximidades do Palácio” (Soares, 2011, p. 91). Apenas 300 volumes da coleção foram recuperados, a maioria por estarem emprestados.

O que restou do acervo da biblioteca passou mais sete anos perambulando por diferentes edifícios, até se instalar finalmente em uma sede própria. O novo edifício, construído na Praça Municipal, foi inaugurado em 1919, abrigando o acervo até

1970. A coleção se recompõe ao longo das décadas e em 1961 já tem mais de 100 mil exemplares, quando um incêndio no prédio vizinho, da Imprensa Oficial, destrói mais uma vez parte do seu acervo. Na edição de 5 de dezembro de 1961 do “Jornal a Tarde”, figuram lado a lado duas notas sobre dois eventos ocorridos no dia anterior: “Festejada Santa Bárbara” e “Um dia de incêndios - Fogo no Pátio da Imprensa Oficial causou grande prejuízo à Biblioteca Pública”. No mesmo dia em que a população celebrava nas ruas a divindade afro-brasileira Iansã, rainha dos raios e tempestades, sincretizada com a católica Santa Bárbara, irromperam pela cidade 5 incêndios em edifícios diferentes. Os bombeiros, por quem a divindade é cultuada como padroeira, estiveram empenhados do meio-dia à meia-noite no combate aos incêndios, o primeiro deles sendo o da Imprensa Oficial, que se alastrou para a biblioteca, destruindo parte da coleção de revistas e alguns livros.

Figura 2. Exibição de Fahrenheit 452, de François Truffaut - Cinema Expandido - Bienal Inverso. Foto: Tatiana Golsman, 2014.





Chama atenção o pouco (ou nenhum) destaque dado pelos jornais da época ao incêndio e à mais uma perda extensiva de acervo da biblioteca; assim como a atitude da população frente à destruição da biblioteca em 1912, aproveitando o caos causado pelo incêndio para saqueá-la e destruí-la ainda mais, faz pensar sobre a relação de pertencimento e relevância que a instituição centenária (não) havia construído junto à sociedade.

## CORPOS AUSENTES

*Padece o Brazil (sic.), e particularmente esta Capital a mais absoluta falta de meios para entrarmos em relação de idéas (sic.) com os Escriptores (sic.) da Europa, e para se nos patentearem os thesouros do saber espalhados nas suas obras, sem as quaes nem se poderá conservar as idéas (sic.) adquiridas, e muito menos promovê las ao beneficio da Sociedade (Castellobranco, 1811)<sup>4</sup>*

*As bibliotecas públicas andam cheias*  
*De coisas que nunca irei usar*  
*Os seus livros andam cheios de histórias*  
*São contos que nunca irei contar.*  
*(Porque, brother?)*  
*Eu não quero*  
(Edson Gomes, “Bibliotecas Públicas”)

132

A presença da matriz cultural afro-diaspórica é muito significativa na sociedade baiana. A cidade tem mais de 80% da sua população autodeclarada preta ou parda, sendo a cidade com maior população negra fora do continente africano, em todo o mundo. Na cosmovisão dos povos ligados ao candomblé, o ato de lembrar implica colocar a memória em movimento: dançar, contar e recontar, ritualizar, enfim, inscrever no corpo a relação com os ancestrais e com as tradições. Um modo de preservar a memória mantendo-a viva e em movimento, radicalmente distinto do modo inventado pelas culturas de matriz ocidental-européia, que delegou à escrita a função de arquivar o pensamento. O célebre escritor argentino Jorge Luís Borges (1999, p. 189) definiu o livro como “uma extensão da memória e da imaginação”; Georges Didi-Huberman (2017, p. 76) fala das “coisas que caem do nosso pensamento e que denominamos livros”; Christian Jacob (2000, p. 46) define o livro como “suporte de arquivamento destinado a preservar a literalidade dos textos das falhas da memória humana, [...] também reconhecido como fonte de informação e reflexão, lugar de elaboração do saber, vetor do ensino”.

A Biblioteca de Alexandria é considerada a “origem [e o] modelo fundador de todo projeto de acumulação de memória escrita” (Jacob, 2000, p. 45). Sua finalidade não era, entretanto, a de difusão do conhecimento, mas a de possuir, acumular e controlar todo o pensamento escrito no mundo. No porto de Alexandria, cidade construída por Alexandre Magno no delta do Nilo, todos os livros encontrados nos navios eram confiscados e incorporados à biblioteca, devolvendo-se ao proprietário uma cópia. Os escritos reunidos eram traduzidos ao grego, afirmando a primazia da língua e aculturando os saberes de povos do mundo “no espaço linguístico, cultural e mental do helenismo” (*ibid*, p.49). Essa dominação simbólica, linguística, também buscava afirmar uma universalidade do conhecimento, como meio para universalizar o poder do império alexandrino.

O tesouro guardado na Biblioteca de Alexandria chegou a centenas de milhares de pergaminhos, reunidos e catalogados em estantes. No entanto, uma fração muito pequena desse acervo chegou aos dias atuais, devido aos incêndios, ataques e saques sofridos pelo complexo de edifícios que o abrigava, dos quais hoje não resta praticamente nenhum vestígio. As memórias e pensamentos trans-



feridos para os pergaminhos, ao invés de se difundirem e se multiplicarem por outras cabeças e suportes, ficaram guardados em um só lugar. Ao ser construído como símbolo da dominação de um império sobre outros povos, o acervo se tornou alvo, também simbólico, para os que lutavam pela destruição desse poder.

A ideia de biblioteca como serviço público é muito mais recente. Começa parcialmente no século XVI, na Europa, em coleções de acesso restrito a pesquisadores e pessoas próximas ao poder, mas só ganha maior amplitude e um sentido próximo do que tem hoje a partir da segunda metade do século XIX. Em 1850 o Parlamento do Reino Unido criou a primeira lei de implantação de bibliotecas públicas como instituições nacionais responsáveis pelo acesso universal e gratuito à informação (Lessa, 2021, p.19). Segundo Nogueira (1983, p. 207):

*A ideologia vigente naquela época, ao preconizar a liberdade e a igualdade como direitos de todos os indivíduos, deu suporte para o surgimento de movimentos de massa, que exigiam a democratização da educação, enquanto que as inovações técnicas dos instrumentos de trabalho, ao promoverem a necessidade de melhor adestramento da mão-de-obra disponível, davam força à pressão da massa para obter maior qualificação.*

Nos Estados Unidos, na mesma época, uma campanha em favor do letramento financiado por verbas públicas estimulou a propagação de bibliotecas públicas por todo o país. Estes novos instrumentos do Estado eram, assim, utilizados para promover a ordem pública em cidades cada vez mais densas, dando suporte ao desenvolvimento do trabalho, por meio da educação profissional e moral, mas também pela oferta de atividades que ocupassem o tempo de ócio. A implementação de bibliotecas públicas nesse período, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, muda o paradigma do acúmulo e do depósito para um paradigma de difusão do conhecimento, como instrumento de apoio à formação escolar, acadêmica e profissional, promovendo a um só tempo bem-estar e controle sociais. Como instituições de estado, as bibliotecas são então responsáveis por definir qual pensamento deve e pode circular em cada sociedade, e como. A constituição dos acervos “afirma uma vontade de domínio intelectual ao impor uma ordem à acumulação de livros” (Jacob, 2000).

A “Livraria Pública da Bahia” teve um caráter muito mais restrito durante todo o século XIX e início do XX, sendo frequentada por uma porção muito pequena da sociedade baiana. No primeiro censo brasileiro, em 1872, a taxa de analfabetismo no país era de 82% (na Bahia, 79%). O letramento de pessoas negras era tido como “indício de atitudes e práticas suspeitas” e:

*denotava uma atitude de arrogância, uma vez que, na visão da sociedade hegemônica, pressupunha o uso de um código que se mantinha privilégio exclusivo da elite e que não fazia parte dos atributos pensados para a classe dos escravizados (Wissenbach, 2019, p. 295).*

Grande parte dos volumes do acervo da Biblioteca Pública da Bahia, ademais, era escrito em língua estrangeira, principalmente a inglesa e a francesa. Esse dado, além de restringir ainda mais o público capaz de ter acesso à coleção, aponta para o aspecto colonialista e eurocêntrico do conhecimento que a instituição desejava difundir.

Apenas na década de 1930 as bibliotecas públicas brasileiras viriam a ser utilizadas pelo Estado Brasileiro de forma sistemática e coordenada, como instrumentos de difusão cultural e controle social. Com a criação do Instituto Nacional do Livro, em 1937, as bibliotecas públicas passaram a ser totalmente financiadas pelo Estado. Assim como a criação do Ministério da Educação e Cultura, essa ação tinha como objetivo instrumentalizar a cultura como ferramenta de controle ideológico e social, por parte do regime autoritário implantado por Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo (Lessa, 2021 p.31).

*O Estado, tutor e paternalista, definia e distribuía a leitura ‘culturalmente adequada’ ao desenvolvimento dos indivíduos. O acervo das bibliotecas públicas, criado a partir da orientação estatal, sugeria ao leitor: leia estas obras escolhidas se deseja ser reconhecido como cidadão. Era a extensão da ‘cidadania regulada’ à ação das bibliotecas. No quadro ideológico do Estado Novo, as medidas implementadas na área de biblioteca pública centravam-se no uso das bibliotecas para a preservação e divulgação da cultura oficial e para a formação de cidadãos talhados conforme esta cultura* (Oliveira, 1994, apud Rosa, 2018, p. 98).

De uma maneira geral em todo o Brasil, as bibliotecas públicas foram implantadas impositivamente, a partir de anseios de uma elite minoritária e seguindo os modelos paradigmáticos concebidos na Inglaterra e nos Estados Unidos. Não surgiram como resposta a uma demanda social ampla por letramento e informação, mas como espaços de exclusão e instrumentos de distinção intelectual, num primeiro momento, para depois servirem ao controle social. A universalização do conceito e a estruturação das bibliotecas públicas no Brasil ignorou a diversidade de dinâmicas sociais e culturais locais - nacionais e regionais, dificultando a sua assimilação pela sociedade. A criação de bibliotecas como imposição, diz Nogueira (1983, p. 206), “leva a sociedade a considerá-las como um corpo estranho e, como tal, rejeitá-las.”

Figura 3. *Lacuna* - obra-aparição, por Luís Berríos-Negrón e GT Bibliotecas. Acervo de Jornais da Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Foto: Patrícia Almeida



## CAMINHOS INTERROMPIDOS

*A idéia de tudo acumular, a idéia de, em certo sentido, parar o tempo, ou antes, deixá-lo depositar-se ao infinito em certo espaço privilegiado, a idéia de construir um arquivo geral de uma cultura, a vontade de encerrar todos os tempos em um lugar, todas as épocas, todas as formas e todos os gostos, a idéia de constituir um espaço de todos os tempos, como se este próprio espaço pudesse estar definitivamente fora do tempo, é uma idéia totalmente moderna: o museu e a biblioteca são heterotopias próprias à nossa cultura (Foucault, 2013, p. 25).*

*[...] as paisagens modernas das cidades estão em perigo, momento em que as reconhecemos como fantasmagorias, quando o que até então significava inovação, potência e perenidade mostra-se como máscara mortuária. A utopia moderna, sobretudo a arquitetônica, se redescobre ruínosa, como fragmentos de um tempo distante em que as forças da renovação foram solapadas pela ambição projetual. daqui, sem remorsos ou saudosismos, contemplamos no concreto frio a plasticidade do futuro do passado (Drummond, 2014). Michel Foucault (2013, p.25)<sup>9</sup>*



Achille Mbembe (2002), define os arquivos públicos como um “emaranhado formado pelo edifício e pelos documentos”. O mesmo pode ser dito das bibliotecas: um conjunto de coleções e práticas institucionais que:

*[...] não possui status ou poder sem uma dimensão arquitetônica que abranja o espaço físico do lugar do edifício, seus motivos e colunas, o modo como arranjam-se suas salas, a organização dos documentos, o labirinto de corredores e o grau de disciplina, meia-luz e austeridade que confere ao lugar a natureza de um templo e de um cemitério (Mbembe, 2002, p. 1).*

Segundo Georges Didi-Huberman (*apud* Jacques, 2020, p. 288), “uma biblioteca é bem mais do que a soma de seus próprios livros. É um dispositivo de criação de ideias, uma máquina de inventar saberes”. Didi-Huberman se refere à biblioteca criada por Aby Warburg, historiador da arte alemão, através da sua vasta coleção particular de livros, criou uma concepção muito peculiar de biblioteca - até hoje mantida pelo instituto que preserva o seu legado. A KBW (*Kulturwissenschaftliche Bibliothek Warburg*), originalmente sediada em Hamburgo e depois transferida para Londres, era organizada segundo a “lei da boa vizinhança”, como explica Jacques (2020, p. 277):

*cada livro convocava outro que se inscrevia, por sua vez, em uma rede bem complexa de associações variáveis. Sua própria pesquisa justificava essa disposição geral, sempre mutável, e era o pesquisador que julgava se um conjunto de livros seriam ou não “bons vizinhos”.*

136

Uma biblioteca, portanto, em movimento, que demandava do leitor colocar-se - e ao seu pensamento - também em movimento. Para pesquisar na KBW, até os dias de hoje, é preciso praticar a errância, com o corpo e com o pensamento. Seu edifício materializa - e provoca - uma forma de pensar por associações entre pensamentos, encontros inesperados e cruzamentos entre campos do saber tradicionalmente separados. Essa forma de pesquisar, em que o pesquisador constrói seu próprio caminho se perdendo entre as estantes e encontrando o que não buscava, era o que Warburg chamava de “aventura científica” - um modo de desatar o pensamento das amarras dos cânones estabelecidos e abrir espaço para ideias novas.

Em 1968 o Governo da Bahia elabora um concurso nacional de arquitetura para a construção de uma nova sede para a Biblioteca Pública da Bahia, em um grande terreno desapropriado no bairro dos Barris. Vivia-se então a escalada da repressão política e do controle ideológico por parte da ditadura civil-militar instalada quatro anos antes no país, sufocando um período de pujante ebulição cultural e acadêmica que destacaram a Bahia no cenário nacional<sup>7</sup>. O aparato repressivo do regime vai sendo aperfeiçoado e institucionalizado, “bloqueando a dinâmica cultural anterior, enquanto, por outra via, investia na criação de sistema de comunicação voltado às massas, empregando uma agenda que ficou conhecida

como ‘modernização conservadora’” (Bezerra, 2022, p. 57). O projeto vencedor do concurso ecoa este princípio: apresenta uma concepção formal e técnica inconfundivelmente moderna, mas é ao mesmo tempo o mais conservador entre os projetos premiados, tanto no que se refere ao arrojo volumétrico e estrutural, quanto à disposição do programa e à relação do edifício com a cidade.

O edifício proposto pelos arquitetos Ulrico Zurcher, Enrique Alvarez e Rodrigo Pontual se configura como um imponente bloco de pedra suspenso do chão por pilotis, com um pavimento térreo totalmente transparente e integrado aos jardins do seu pátio central e de um jardim maior na sua lateral esquerda, com árvores centenárias preservadas em parte não ocupada do terreno. Em seu memorial de apresentação, os autores defendem que “o esquema ideal para funcionamento perfeito de uma biblioteca seria em dois planos: um para depósitos e serviços anexos e outro para o público” (Concurso, 1968, p. 16). O princípio fundamental que rege o partido arquitetônico parte, assim, de uma dualidade entre usos livres e restritos, separando de maneira clara os depósitos das áreas de leitura.

O volume de 66 x 66 metros, revestido de pedra em uma fachada quase totalmente cega, se destaca em meio à paisagem de escala residencial do bairro dos Barris. O imenso bloco maciço se pronuncia com imponência e ao mesmo tempo discricção, pela sobriedade dos seus traços. As seteiras verticais, únicas aberturas nas quatro fachadas do volume suspenso - no quinto andar, o mais afastado do público, destinado aos serviços administrativos - lembram a arquitetura das fortificações, como as que foram utilizadas para atacar a cidade em 1912, destruindo a biblioteca de então. O tesouro guardado pela biblioteca estaria enfim abrigado de maneira segura, em uma caixa forte à prova de ataques e saques - mas também das aventuras do pensamento. O volume se fecha para a cidade e se abre para dentro, por meio de um claustro que lembra tipologias arquitetônicas comuns em mosteiros e conventos. Estes espaços religiosos, que também abrigavam bibliotecas, voltavam-se para dentro como forma de reforçar a clausura dos seus ocupantes, afastando-os das distrações da urbe.

Ao visitar a biblioteca hoje, percebe-se que muitas mudanças foram feitas à concepção original do edifício. Todas parecem corroborar para o esvaziamento do espaço e para a sua desconexão com a cidade. O pavimento térreo, pensado como espaço de integração e livre circulação, ganhou barreiras e teve seus vidros revestidos por películas opacas. O grande jardim lateral, integrado visualmente ao pátio central e aos espaços de leitura, foi desmembrado do terreno e cedido para a construção de um edifício que hoje sedia uma escola municipal. Em todos os pavimentos, se multiplicaram divisórias que dão ao espaço um aspecto de repartição pública, compartimentando os espaços e ocultando os acervos. Escadas e acessos foram bloqueados, restringindo a circulação e impedindo o contato direto entre leitores e livros. Não é permitido acessar diretamente as estantes em nenhum acervo, inclusive os de empréstimo e pesquisa. É demandado ao

pesquisador que já saiba, a priori, o livro que procura, impedindo aventuras de pesquisa construídas por encontros fortuitos com livros vizinhos.

No jardim ao seu centro, pensado como extensão e integração dos espaços de leitura, hoje não é permitida sequer a permanência com livros - nem mesmo se forem trazidos de casa pelo leitor. O vazio controlado deste espaço, para onde olham todos os corredores envidraçados dos andares superiores, é uma eloquente metáfora da ocupação que a instituição faz do edifício. As sombras que circulam pelos corredores envidraçados ao redor deste claustro esvaziado se confundem com reflexos, produzindo aparições, ou talvez projeções mentais do que se esperaria ver circular por estes espaços cerceados. Nas lacunas produzidas pela defasagem entre o que o edifício projeta e o que a instituição interdita, ou entre o que se espera de uma biblioteca pública e o que se vê ao visitar seus espaços, aparecem os fantasmas.

## ENCONTROS, TREMORES, APARIÇÕES

*ver as pessoas na biblioteca, à noite, principalmente os funcionários (e tb os do arquivo) inversos, contando de seus lugares.*

*(algo tocou algo)*

*como entrar em lugares interditados? invisíveis?*

*visitas guiadas em espaços interditados.*

*expedições em espaços invisíveis.*

*sim, chamem os fantasmas para nos guiar por espaços invisíveis!*

*muito bonito esse fio de delicadeza escrito por vocês!*

*(algo me tocou)*

*(Pato, 2014)<sup>8</sup>*

*O pensamento do tremor surge de toda parte, músicas e formas sugeridas pelos povos. Músicas suave e lentas, pesadas e percucientes. belezas, grito aberto. Ele nos preserva dos pensamentos de sistema e dos sistemas de pensamento. [...] Ele nos reúne na absoluta diversidade, num turbilhão de encontros. Utopia que nunca se fixa e que abre o amanhã, como um sol e um fruto compartilhados (Glissant, 2014, p.22).*

No mesmo ano em que se organizava o concurso para o projeto arquitetônico do novo edifício da Biblioteca Central, aconteciam em Salvador os preparativos para a segunda edição da Bienal de Artes da Bahia. A primeira edição, ocorrida em 1966, teve grande êxito em criar um pólo de relevância nacional para as artes fora do eixo Rio-São Paulo, mesmo em meio ao agravamento da repressão política às artes por parte da ditadura civil-militar. Esse processo, no entanto, atingiu outro patamar com a promulgação do Ato Institucional número 5<sup>9</sup>, uma semana antes da inauguração da segunda Bienal. A exposição chegou a ser aberta, mas foi

interditada no dia seguinte, para a retirada de obras consideradas “subversivas” e seus principais organizadores foram presos. Parte das obras censuradas nunca retornaria aos seus autores, e acredita-se que foram queimadas (Bezerra, 2022, p. 129). Este ato violento de censura desarticulou fortemente o projeto das vanguardas artísticas baianas, abrindo-se um hiato de 45 anos até a realização da terceira bienal, em 2014. Esta última edição (que também teve a sua continuidade interrompida) teve como mote a retomada do pensamento que guiou as duas primeiras e, voltando-se ao vazio de quase meio século que separava-a da edição interditada, entrevistou personagens dessa história e os incluiu como protagonistas em exposições, eventos e publicações.

Um dos eixos curatoriais da mostra, coordenado pela pesquisadora e curadora Ana Pato, voltou-se aos arquivos públicos do estado, para indagar por meio de um processo envolvendo artistas, arquivistas, pesquisadores de diversas áreas e público visitante, “como tornar público um Arquivo Público?”. Dos grupos de trabalho formados no contexto dessa curadoria, o GT Bibliotecas se dedicou a pensar as Bibliotecas Públicas, concentrando suas ações na Biblioteca Central dos Barris. Intrigados sobretudo pelo enorme esvaziamento das bibliotecas visitadas no primeiro momento da pesquisa, o grupo voltou seus olhares - e ouvidos - à percepção dos corpos e discursos ausentes ou invisíveis nesses espaços. Tateou as paredes que escondiam acervos e bloqueavam caminhos, em busca de frestas que pudessem produzir rachaduras na cadeia de interdições ao livre movimento do corpo por estes espaços. Caminhou lentamente, sentou, perguntou, escutou e foi aos poucos promovendo pequenas aberturas, tremores, através de encontros entre corpos e livros (e com outros corpos).

139

Dentre as ausências sondadas, elegeu-se a oralidade como ponto de partida para a realização de um processo de investigação através de interferências nos usos e espaços da biblioteca. Durante dois meses, o grupo instaurou em um dos corredores da biblioteca um lugar dedicado à conversa: um conjunto de oito módulos quadrados em madeira, reunidos de forma a criar um espaço vazio ao centro, mimetizava a volumetria do edifício e convidava à formação de rodas de conversa entre os pesquisadores do GT e funcionários e usuários da biblioteca. Os relatos de fantasmas serviam como mote para iniciar as conversas e disparavam memórias, sonhos, medos e desejos que partiam em múltiplas direções. As conversas, gravadas pelo grupo, foram posteriormente fragmentadas em pequenos trechos, dando origem a 17 montagens sonoras com temas transversais que foram emergindo do processo. Módulos iguais aos reunidos no espaço das conversas foram espalhados pelos cinco pavimentos da biblioteca, formando um arquipélago de ilhas de escuta, com fones de ouvido em que se podia ouvir histórias relacionadas a temas tão diversos e imprevistos como: o medo o fascínio causados pelas lagoas; os incêndios que marcaram a história da cidade; as espacialidades e sociabilidades instauradas por tapetes e jardins; a neutralidade cromática, o ape-

Registros do evento Bial Inverso: Figura 4. Paula Carneiro, performance s/ título, acervo de obras valiosas; Figura 5. Isaura Tupiniquim, performance s/ título, circulação do primeiro pavimento; Figura 6. público durante a visita guiada; Figura 7. Isabela Silveira, performance "Isto é apenas uma mulher", circulação do terceiro pavimento; Fotos: Alfredo Mascarenhas (4, 5 e 7) e Lara Carvalho (6), 2014







go e o vazio como dimensões importantes na percepção dos espaços da biblioteca. E, claro, muitos relatos de aparições de fantasmas, principalmente entre as estantes, nos depósitos de livros. Muitos desses fantasmas eram relacionados a figuras ilustres, doadoras de coleções, e a sua aparição era relacionada ao seu apego pelos livros doados.

Os módulos sonoros foram instalados em espaços dos mais públicos aos mais restritos, e assim promoveram por 100 dias novos percursos, encontros e descobertas. Os visitantes, guiados por monitores da Bienal, eram convidados a explorar o labirinto e, a cada nova ilha encontrada, sentar, imergir em suas histórias e contemplar espaços reais e imaginários. Além da instalação sonora, foram também instaladas em fachadas e corredores da biblioteca frases do artista Paulo Bruscky, da série “Conceitos e Silêncios”, e a instalação sonora “Códices”, da série “Oculto”, por Omar Salomão e Daniel Castanheira, que ocupou estantes do setor de pesquisas com livros sonoros<sup>10</sup>. O GT promoveu ainda, junto com funcionários da biblioteca, o *Bienal Inverso*: uma visita guiada por funcionários, durante a noite, pontuada por aparições performáticas, projeções e exibições de filmes em espaços interditados e invisíveis<sup>11</sup>.

As pequenas fissuras produzidas ao longo deste processo permitiram entrever outras bibliotecas possíveis. Projetaram sobre os seus espaços esvaziados a imaginação coletiva de outras maneiras de armazenar e compartilhar memórias e ideias, que não apenas aquelas gravadas em livros. Questionou a ausência das memórias depositadas no corpo e compartilhadas socialmente como objeto de interesse em um equipamento cultural sediado na Bahia. Pensou no arquivo como um gesto anacrônico que se projeta também para o futuro e para outros modos de fazer.

Em uma cidade como Salvador, onde pulsam com tanta força a oralidade, a festa, a dança e a comida -, causa estranheza um equipamento cultural sem *Tiktokers* gravando “dancinhas”, skatistas manobrando nas escadarias, B-boys dançando e se vendo no reflexo das paredes de vidro ou figuras cochilando e cochichando em seus jardins. A forma como a biblioteca é organizada materialmente e a maneira como (não) é autorizada a circulação dos corpos, replica uma lógica moderna, europeia, branca e conservadora. Culturas de matriz africana, indígena e as culturas de rua estão presentes apenas em páginas de livros, não aparecendo no modo como se pensa e ocupa os espaços, ou como se compartilha informação, memória e conhecimento. O mantra que reclama o esvaziamento da(s) biblioteca(s) quase sempre é acompanhado de uma melodia ressentida e um tanto deprimida, amarrada a um passado que separava o erudito do popular, a literatura da oralidade, o balé das danças de rua e de roça.

Por que insistir na replicação desse traço colonial, estabelecido do lado de cá do atlântico por meio de toda ordem de barbáries inimigáveis? E se pensássemos

no esvaziamento das bibliotecas como o fracasso de um projeto de dominação, como negação necessária, que pode abrir espaço para imaginar novas possibilidades, que não descartem o livro, mas que possam estar mais conectadas às formas com que o nosso povo troca e preserva memórias e saberes? Pensar neste vazio como potência para o diferente pode gerar discursos menos ressentidos e mais propositivos.

Jacques Derrida (2001) problematiza o conceito de arquivo como “herança fechada”, idealmente dominada pelo presente e pelo passado. Ao conversar com a teoria freudiana e olhar para a psicanálise como um “projeto geral do arquivo” - composto pelas maneiras intrigantes com que a memória se acomoda, esconde-se, apresenta-se - sugere que:

*a questão do arquivo não é [...] uma questão do passado. [...] Trata-se do futuro, a própria questão do futuro, a questão de uma resposta, de uma promessa e de uma responsabilidade para amanhã* (Derrida, 2001, p. 50).

Em uma sociedade como a brasileira, mobilizada por uma conflituosa e angustiante relação entre medo e vontade de futuro, a cultura é construída sobre sucessivas queimas de arquivo. Não encaramos os problemas da escravidão e não colocamos luz sobre os porões da ditadura; deixamos estes e outros traumas coletivos agindo do lado de fora da consciência e do debate social. Eduardo Viveiros de Castro, ao lamentar a perda de mais de 20 milhões de itens do mais valioso acervo etnológico do país, no incêndio que destruiu o Museu Nacional em 2018, diz que “o Brasil é um país onde governar é criar desertos” no espaço - devastação do cerrado e da Amazônia - e no tempo - destruição de museus, arquivos e edifícios públicos. Propõe que, ao invés de substituído por um edifício moderno que esconda a tragédia, seja preservada a ruína como monumento à memória destruída pelo incêndio, ao invés de fingir mais uma vez que nada aconteceu.

Ao refletir sobre o mesmo evento, em palestra ao ar livre, diante das ruínas do museu, o pensador indígena Ailton Krenak aponta para o modo dos povos indígenas de guardar memórias ao inscrevê-las no corpo, fazendo-as resistir aos eventos de destruição, enquanto estiverem vivos os povos que as guardam em seus rituais e tradições. Os jornais 1912, que relatam o bombardeio que dizimou o acervo da biblioteca estão se desfazendo dentro dos seus depósitos. Algumas edições já não podem ser consultadas, pois não há condições de manusear os jornais sem que eles se esfurem nas mãos do pesquisador. Memórias transferidas do corpo para o papel e guardadas em caixas no fundo de um depósito, como se assim se pudesse protegê-las do esquecimento, estão virando pó. O xamã yanomami Davi Kopenawa, na introdução do seu livro-tratado *A Queda do Céu*, escrito com o antropólogo francês Bruce Albert, diz aos leitores que as palavras gravadas naquelas páginas “não poderão ser destruídas pela água ou pelo fogo” nem “envelhecerão como as que ficam coladas em peles de imagens tiradas de



árvores mortas” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 66), pois antes estão gravadas no seu pensamento, e antes dele no dos seus ancestrais, sendo transferidas de geração em geração por meio de ritos sociais que inscrevem profundamente no corpo memórias de tempos que - partindo de um referencial que tem a escrita como sinônimo de memória - chamamos de “imemoriais”. Como incorporar às nossas bibliotecas essa tecnologia de preservação de memórias, vivamente cultivada tanto pela matriz cultural afro-diaspórica quanto pelos nossos povos originários?

Compreendemos as bibliotecas como instituições a serviço do poder, que enquadram o pensamento de acordo com interesses específicos e contingenciais. Suas práticas selecionam e preservam as informações que compõem o pensamento de determinada cultura, elegendo a escrita e o livro como depositários e difusores privilegiados de suas ideias. A discussão sobre a centralidade do livro e sobre as



Figura 8. Funcionário da biblioteca ouvindo uma das montagens sonoras da Instalação Sonora montada pelo GT Bibliotecas, no acervo de periódicos. Foto: Patrícia Almeida, 2014

bibliotecas como centros culturais de difusão de informação e troca de saberes em diversas formas de expressão é algo presente no meio da biblioteconomia há algum tempo, mas a mudança desse paradigma não é o que se vê em muitas bibliotecas públicas do país. Ainda é fortemente presente uma hierarquização que atribui ao livro um aspecto de superioridade, em detrimento de culturas das culturas da oralidade, da artesanaria, da música, da dança, como se o corpo fosse um dispositivo menos confiável em termos de validação de conhecimento.

E se pensássemos nos corpos como arquivos, tal qual ocorre em algumas culturas e na psicanálise, segundo a perspectiva apresentada por Derrida? Como o “corpo de memórias” proposto por Ailton Krenak pode nos ajudar a repensar as nossas bibliotecas? Devemos preservá-las como ruínas de um processo colonial de imposição epistemológica mal sucedido, ou deixar que aconteçam os tremores propostos por Edouard Glissant (2014), a partir do encontro entre diferentes culturas e modos de cultivar e difundir o saber?

A história da Biblioteca Pública da Bahia é pontuada por eventos de destruição e é comum que se recorra ao mito da Fênix ao narrar essa trajetória. No entanto, as sobrevivências históricas parecem mostrar que a biblioteca sempre ressurge, sem nunca se transformar profundamente. Moderniza-se de maneira conservadora, controlada, aperfeiçoando mecanismos que reforçam o seu esvaziamento. Acreditamos na força desestabilizadora do encontro na diversidade. Nos tremores resultantes do choque entre placas tectônicas culturais e epistemológicas que, em processo contínuo de reacomodação, podem provocar uma real e constante transformação, um abalo que reposicione estruturas rigidamente concebidas e fortemente solidificadas ao longo de séculos e reorganize os corpos - do edifício, dos usuários, dos funcionários - ecoando as diferenças e produzindo, a partir delas, novas diversidades de pensamento. Seriam os fantasmas da biblioteca desejos de futuro recalçados em um passado que não existe mais?

<sup>1</sup> Os autores deste texto integraram o GT Bibliotecas, grupo de trabalho multidisciplinar que reuniu saberes da arquitetura, urbanismo, dança, pedagogia e artes visuais, acompanhados por Patrícia Almeida, Diego Mauro, Ícaro Vilaça e Marta Argolo. Respondendo um convite feito pela Fundação Pedro Calmon à Bienal, o grupo de trabalho visitou durante os três meses que antecederam o evento, as cinco bibliotecas públicas de Salvador e Itaparica, levantando informações para a composição do processo realizado na Biblioteca Pública dos Barris durante os 100 dias da Bienal. .

<sup>2</sup> A Livraria do Colégio da Bahia foi a primeira e mais importante entre as bibliotecas da Companhia do Brasil. Fundada em 1549, serviu à ordem religiosa até a sua expulsão em 1759 pelo então rei de Portugal, D. José I. Estima-se que guardava à época de seu encerramento cerca de 15 mil volumes, que no processo de desmonte foram em grande parte roubados para serem usados como embrulho ou decoração em salas de particulares. O que restou serviu para iniciar o acervo da Livraria Pública, junto com doações particulares (Rodrigues, 2011).

<sup>3</sup> A intervenção militar federal fora decretada pelo então presidente, o Marechal Hermes da Fonseca, arqui-inimigo político do baiano Ruy Barbosa, contra quem havia vencido as eleições presidenciais dois anos antes e queria fazer do seu aliado e ministro José Joaquim Seabra o próximo governador da Bahia. Após alguns meses de um conflituoso processo sucessório,

Seabra viria a iniciar um longo período à frente do governo baiano, marcado por muitas outras demolições de edifícios históricos e simbólicos, como as igrejas de São Pedro e a Catedral da Sé, para dar lugar a novas avenidas e trilhos de bonde elétrico.

<sup>4</sup> “Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca publica (sic.) na Cidade de S. Salvador - Bahia de Todos os Santos”: documento apresentado pelo intelectual baiano Pedro Gomes Ferrão Castello Branco ao governador da Capitania da Bahia, D. Marcos de Noronha e Britto, em 26 de abril de 1811 (Soares, 2011).

<sup>5</sup> Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (2012, 2018) - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

<sup>6</sup> O texto “Fantasmagorias & Ruínas” foi elaborado para a instalação sonora homônima, com narração de Isaura Tupiniquim e reproduzida na escada de emergência da Biblioteca dos Barris, durante o evento Bienal Inverso.

<sup>7</sup> Figuras como Lina Bo Bardi à frente do Museu de Arte Moderna da Bahia e Martim Gonçalves na Escola de Teatro, entre outras, movimentaram fortemente a cena artística e cultural local e fizeram da Bahia uma alternativa popular e vanguardista ao eixo Rio-São Paulo.

<sup>8</sup> E-mail enviado ao GT bibliotecas, no dia seguinte ao Bienal Inverso.

<sup>9</sup> O Ato Institucional número 5 foi promulgado em 13 de dezembro de 1968 e esteve vigente até 1978, marcando o

período mais autoritário e arbitrário do regime militar. Autorizava o presidente da república a decretar recesso do Congresso Nacional, cassando mandatos parlamentares e suspendia os direitos políticos de todos os cidadãos, suspendendo a garantia do habeas-corpus.

<sup>10</sup> Registro audiovisual da instalação disponível em: <<https://vimeo.com/100219278>>. Acesso em: 18 de set. 2023

<sup>11</sup> O “Bienal Inverso” contou com funcionários da biblioteca como guias, em percursos pontuados por performances de Paula Carneiro, Isaura Tupiniquim e Isabela Silveira; a instalação sonora “Fantasmas e Fantasmagorias”, de Washington Drummond; a exibição dos filmes “O Bombardeio de Salvador”, de Cláudio Marques, e “Fahrenheit 451”, de François Truffaut; a instalação audiovisual de Jan Alatak e as instalações “Vazio” e “Fragmento Sonoro #00”, do GT Bibliotecas. Registro audiovisual da ação disponível em: <<https://vimeo.com/105657564>>. Acesso em: 18 de set. 2023

<sup>12</sup> Entrevista disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/582481-gostaria-que-o-museu-nacional-permanecesse-como-ruina-memoria-das-coisas-mortas-entrevista-com-eduardo-viveiros-de-castro>>. Acesso em 10 de jul. de 2023.

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7m8C2fKAIX8>>. Acesso em 10 de jul. de 2023.

/

BEZERRA, Uriel de Souza. A Bienal Nacional de Artes Plásticas: Arte e política na ditadura militar. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Escola de Belas Artes - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

BORGES, Jorge Luis. O Livro. In: Borges, Oral - Obras completas de Jorge Luis Borges, v. 4. São Paulo: Globo, 1999, p. 189-197.

CONCURSO para a Biblioteca de Salvador. Revista Acrópole, ano 30, no 354. São Paulo, setembro 1968. Disponível em <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/354>>. Acesso em: 10 jun. de 2023

DERRIDA, Jacques. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Cascas. São Paulo: Editora 34, 2017.

FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, As heterotopias. Editora N-1: São Paulo, 2013.

FANTASMAS NA BIBLIOTECA. Jornal de um só dia. Bienal da Bahia - Edição única. 15 de Julho de 2014

GLISSANT, Édouard. O pensamento de tremor. La cohée du lamentim. Tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Gallimard, Ed. UFJF, 2014.

GRAVISSIMOS ACONTECIMENTOS. Jornal de Notícias. Salvador, 12 de Janeiro de 1912.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATTIN, M.; JACOB, C. (dir.). O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 45-73.

JACQUES, Paola Berenstein. Fantasma Modernos: montagem de uma outra herança v.1. Salvador: EDUFBA, 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LESSA, Bruna. Bibliotecas públicas: do conceito às políticas públicas. In: LESSA, B; LINS, I. (org.). Para que serve a biblioteca pública? : novas configurações para o século XXI. Salvador: EDUFBA, 2021.

MBEMBE, Achille. O poder do arquivo e seus limites (Tradução de Camila Matos, disponível em <<https://docplayer.com.br/196585022-O-poder-do-arquivo-e-seus-limites.html>>. Acesso em: 10 de jun. 2023). Do original MBEMBE, A. The Power of the Archive and its Limits . In.: HAMILTON, C (et.al). Refiguring the archive. Kluwer Academic Publishers. London, 2002.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. A realidade da biblioteca pública. Revista da Escola de Biblioteconomia. UFMG, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 205-212, 1983.

PATO, Ana Mattos Porto. Arte contemporânea e arquivo: como tornar público o arquivo público?. 2017. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade

de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. As “livrarias” dos Jesuítas no Brasil Colonial, segundo os documentos do Archivum Romano Societatis Iesu. Cauriênsia: revista anual de ciências eclesíásticas, v. 6, 2011, p. 275-302.

ROSA, Daniele Achilles Dutra da. Bibliotecas públicas brasileiras sob a perspectiva da memória e da experiência. Tese (Doutorado em Memória Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

SOARES, Francisco (et. al.). A Biblioteca Pública da Bahia: dois séculos de história. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Letramento e escolas. Dicionário da escravidão e da liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.